# A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**JANDIRA DOS SANTOS**

RESUMO

O propósito da educação abarcadora é englobar a totalidade dos indivíduos, independentemente de quaisquer distinções, dentro do ambiente educativo. No Brasil, a legislação garante a integração de pessoas com incapacidades desde os primeiros anos de vida escolar. No entanto, ainda existem inúmeros desafios que obstaculizam a plena inclusão dos estudantes com incapacidades nas instituições de ensino regulares, especialmente na Educação Infantil, que acolhe crianças muito jovens. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar quais obstáculos se apresentam na efetivação da escola abarcadora, bem como garantir a conformidade com a legislação educacional e as teorias correntes aceitas atualmente. Para alcançar esse intento, a pesquisa foi conduzida por meio de uma análise integrada da literatura existente sobre a educação abarcadora na Educação Infantil e sobre os desafios que emergem na implementação desse novo conceito de ensino na realidade brasileira. A modalidade da pesquisa é qualitativa. Com base nessa investigação, pode-se concluir que, no sistema educacional brasileiro, a educação abarcadora, especialmente no que se refere à Educação Infantil, ainda enfrenta muitas dificuldades, destacando-se a escassez de capacitação nessa área de atuação por parte dos docentes, a sobrelotação das salas de aula, bem como a carência de infraestrutura física nas escolas.

Palavras-chave: Dificuldades; Educação Abarcadora; Obstáculos.

ABSTRACT

The purpose of comprehensive education is to encompass all individuals, regardless of any distinctions, within the educational environment. In Brazil, legislation guarantees the integration of people with disabilities from the first years of school life. However, there are still numerous challenges that hinder the full inclusion of students with disabilities in regular educational institutions, especially in Early Childhood Education, which welcomes very young children. In this context, the objective of this work is to identify which obstacles arise in implementing the encompassing school, as well as ensuring compliance with educational legislation and current theories currently accepted. To achieve this aim, the research was conducted through an integrated analysis of the existing literature on comprehensive education in Early Childhood Education and on the challenges that emerge in the implementation of this new teaching concept in the Brazilian reality. The research modality is qualitative. Based on this investigation, it can be concluded that, in the Brazilian educational system, comprehensive education, especially with regard to Early Childhood Education, still faces many difficulties, highlighting the lack of training in this area of activity on the part of teachers, the overcrowding of classrooms, as well as the lack of physical infrastructure in schools.

Keywords: Difficulties; Comprehensive Education; Obstacles.

## INTRODUÇÃO

Conforme estipulado pelas leis vigentes no Brasil, o acesso à educação é um direito universal, no qual não deve haver qualquer tipo de discriminação com base em raça, cor, religião ou qualquer outra forma de distinção. Nesse cenário, torna-se evidente que a instituição escolar deve se configurar como um espaço inclusivo, que recebe e proporciona oportunidades a todos os estudantes, inclusive àqueles com exigências especiais.

Contudo, durante muito tempo, a educação foi exclusiva para pessoas sem deficiência e excluiu aqueles que não se encaixavam nos padrões considerados "normais". Após uma série de lutas e mobilizações da sociedade em prol da inclusão, podemos observar uma mudança nesse panorama. Escolas e outras instituições educacionais ao redor do mundo passaram a adotar novas diretrizes para a educação, visando incluir e promover a aprendizagem de todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 consolida o direito à inclusão de todas as crianças e adolescentes, sem distinção. Em seu artigo 58, estabelece que a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para estudantes com necessidades especiais. Isso engloba todas as etapas e modalidades de ensino, incluindo a Educação Infantil, que é a primeira fase da escolarização e acolhe crianças de 0 a 6 anos.

No entanto, ainda existem diversos desafios que impedem a plena inclusão dos estudantes com deficiências nas escolas. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: quais são os desafios atuais que afetam a implementação de uma educação que inclua e promova a aprendizagem de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil?

O objetivo central deste trabalho é identificar quais são os obstáculos que sur-

gem no processo de concretização de uma escola inclusiva, ao mesmo tempo em que garantem conformidade com a legislação educacional e as teorias aceitas atualmente. Para alcançar esse objetivo, o estudo foi realizado por meio de uma pesquisa integrada da literatura existente sobre a educação inclusiva na Educação Infantil e sobre os desafios que surgem na implementação desse novo conceito de ensino na realidade brasileira.

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO

Nos dias atuais, há uma ampla discussão acerca da educação inclusiva, porém ainda existem muitas lacunas no conhecimento das pessoas, especialmente quando se trata da relação entre educação inclusiva e educação especial.

A educação inclusiva, ou escola inclusiva, refere-se à integração de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem em um ambiente comum, onde convivem estudantes sem nenhuma deficiência. É importante ressaltar que a educação inclusiva representa uma nova abordagem no ensino, cujo objetivo primordial é incluir a todos no processo educacional.

O termo "educação inclusiva" foi inicialmente definido pela Declaração de Salamanca, que defendeu a ideia de que pessoas (crianças e adultos) podem participar do processo de aprendizagem por meio da socialização e interação em salas de aula regulares.

Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (MENDES, 2019, on-line)

É importante ressaltar que a educação inclusiva não deve ser confundida com a educação especial, pois esta última se refere a uma modalidade específica da educação especial que oferece atendimento educacional especializado. Em outras palavras, dentro ou fora da instituição de ensino, é necessário haver um espaço onde os alunos com deficiência recebam um atendimento especializado, com profissionais específicos, muitas vezes interagindo com outras crianças que também possuem necessidades especiais.

"Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual" (MENDOÇA, 2015, p. 2).

O Ministério da Educação categoriza o grupo-alvo da educação especial em três categorias: indivíduos com deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais; pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, que apresentam alterações no desenvolvimento psicomotor (autismo, Asperger, psicose infantil); indivíduos com altas habilidades e superdotação, que possuem um alto nível de desenvolvimento em áreas do conhecimento humano.

Portanto, a educação especial na perspectiva inclusiva busca promover a inclusão do grupo-alvo da educação especial. Em linhas gerais, a educação inclusiva refere-se ao movimento de integrar todos os alunos na escola regular, sem distinção, inclusive aqueles que são o foco das instituições de ensino especializadas.

Vale ressaltar que não são apenas os alunos com deficiência que se beneficiam, mas todos os alunos ganham com a inclusão, pois a escola irá formar indivíduos capazes de reconhecer e valorizar as diferenças, compreendendo que ser diferente não é motivo de exclusão, mas sim de inclusão, o que proporciona a troca de experiências e conhecimentos.

Segundo Guijarro (2005), a Educação Inclusiva não se resume apenas à inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas ocorre quando o aluno começa a desenvolver sua aprendizagem. O direito à educação não se limita apenas ao acesso, mas também à oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente como pessoa.

Na busca por uma prática verdadeiramente inclusiva na sala de aula, é necessário observar os cinco princípios que orientam a educação inclusiva:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.

2. Toda pessoa aprende

3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular

4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos

5. A educação inclusiva diz respeito a todos (PAGANELI, 2018)

Conforme mencionado por Mendes (2019), os princípios desempenham o papel de orientar os educadores que estão comprometidos com a educação inclusiva. Segundo o autor, esses princípios são fundamentais para evitar que as práticas pedagógicas se desviem do caminho adequado, tanto para professores novatos quanto para os mais experientes.

## OS PRIMEIROS ANOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A INCLUSÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) estabeleceu a Educação Infantil como a primeira fase da Educação Básica, destinada a crianças de 0 a 3 anos (creche) e de 4 a 6 anos (pré-escola). No entanto, a matrícula só é obrigatória a partir dos 4 anos, sendo opcional para crianças abaixo dessa faixa etária, de acordo com a escolha dos pais.

A LDB é um importante instrumento que fornece diretrizes e regulamenta a Educação Infantil. Conforme esse documento, os alunos da primeira fase da Educação Básica devem ser acolhidos em instituições que priorizem o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, motores, cognitivos, emocionais, psicológicos e sociais.

Em 2001, o Ministério da Educação (MEC) elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que inclui estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Assim, três anos após a entrada em vigor da LDB, a Educação Infantil foi a primeira fase a estabelecer diretrizes para a construção de um ensino inclusivo. No item 5.1 desse documento, estão expressas as diretrizes gerais para creches e pré-escolas, visando atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiências. Entre essas recomendações, destacam-se a importância de:

- Disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão; - Adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26)

Além das orientações mencionadas anteriormente, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNI) também enfatiza diversas outras diretrizes para promover o desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades especiais nessa fase educacional. No entanto, mesmo após duas décadas desde a criação desse documento, ainda é perceptível que as instituições de Educação Infantil não conseguiram superar as dificuldades que impedem o pleno acesso das crianças especiais a essa etapa educacional.

Carneiro (2012) atribui essas dificuldades ao histórico de falta de atendimento aos alunos com deficiência na trajetória da educação. Portanto, atualmente, as escolas ainda não estão preparadas para essa tarefa, e é necessário realizar mudanças em toda a sua dinâmica, a fim de cumprir as exigências legais e atender às demandas sociais. Segundo o autor, essas mudanças urgentes, para cumprir as determinações legais, envolvem aspectos estruturais, econômicos, recursos humanos e pedagógicos.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno (CARNEIRO, 2012, p. 86)

O autor enfatiza que a prática educacional é um dos principais fatores que impactam o acesso e a permanência dos alunos em salas de aula regulares. No entanto, a presença de alunos da Educação Especial nem sempre é bem recebida, pois muitos professores se sentem sobrecarregados, lidando com turmas lotadas e sem a estrutura adequada para receber essas crianças. A fragilidade da prática educacional também ocorre devido à formação dos professores, que tende a se concentrar no ensino de crianças sem necessidades especiais. A falta de experiência e preparação resulta em um trabalho pedagógico inconsistente, o que afeta o processo educativo dessas crianças.

A visão de que a interação entre as crianças é essencial para o sucesso da aprendizagem é uma concepção defendida por teóricos da educação, como Vygotsky (1984). Segundo o autor, o processo de aquisição de conhecimento não ocorre apenas entre uma criança e um adulto, mas também por meio da convivência com seus pares mais experientes.

A participação no ambiente escolar é de extrema importância para crianças pequenas com deficiência. De acordo com Carneiro (2012), a interação entre as crianças contribui para a formação de uma geração mais consciente, sem preconceitos em relação às diferenças. No entanto, para que isso aconteça, a escola deve promover uma prática pedagógica que permita às crianças da Educação Infantil cultivarem valores como respeito, companheirismo, autocompaixão e cuidado com os outros, visando formar cidadãos justos e éticos.

Para crianças com deficiência, o convívio escolar desempenha um papel importante no desenvolvimento de habilidades, como fala, coordenação motora, aspectos cognitivos, emocionais e valores sociais.

Muitos estudos comprovam que os primeiros três anos de vida da criança são cruciais para o desenvolvimento da personalidade, inteligência, linguagem e socialização. Esses anos correspondem ao período da creche, que, em muitas instituições de ensino, funciona em período integral.

Todos os estímulos direcionados a crianças de 0 a 3 anos têm um impacto muito mais significativo, pois o desenvolvimento cerebral nesse período é consideravelmente mais rápido em comparação aos anos seguintes. No entanto, é importante ressaltar que tanto os estímulos positivos quanto os negativos têm potencial para influenciar a fase adulta. Nesse contexto, Mendes destaca que "o desenvolvimento cerebral é especialmente vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, qualidade da interação, cuidado e estímulo fornecidos à criança" (MENDES, 2010, p.47-48).

Portanto, nessa fase, se os aspectos do desenvolvimento da criança forem estimulados, ela terá mais chances de adquirir uma variedade de habilidades que proporcionarão melhor qualidade de vida.

Na educação infantil, embora o desenvolvimento cerebral não tenha a mesma aceleração, o ambiente em que a criança está inserida é de extrema importância para o desenvolvimento, especialmente em termos emocionais e cognitivos. Isso leva à conclusão de que a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil é essencial, de acordo com os argumentos apresentados até o momento.

## O RESPEITO À INCLUSÃO

Embora haja um consenso entre especialistas em educação e legisladores sobre a importância de incluir crianças em tenra idade no sistema educacional, ainda existem muitos desafios para garantir plenamente esse direito. Este estudo identificou os principais desafios, que estão relacionados à formação dos profissionais de educação, que ainda não os prepara adequadamente para a educação inclusiva. Além disso, a maioria das instituições de ensino possui estruturas físicas inadequadas para o acesso de crianças com deficiência.

Passaram-se vinte e seis anos desde a Declaração de Salamanca (1994), um marco para a educação inclusiva no Brasil, mas o país ainda enfrenta grandes desafios para consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva. Um dos principais problemas é a fragilidade na formação dos professores para o ensino inclusivo. Como mencionado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também destaca a necessidade de formação docente voltada para as especificidades da educação especial. O artigo 87 das disposições transitórias da LDB estabelece a década de 90 como a "Década da Educação", período em que os antigos paradigmas da educação deveriam ser superados para iniciar uma nova era de educação inclusiva e integradora.

Para tornar a formação de professores uma etapa verdadeiramente formativa, capacitando-os para atuar de forma significativa na educação, foram criadas as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica. Esse documento delineia as exigências apresentadas pelo novo modelo de educação provocado pela contemporaneidade.

Nesse contexto, fica evidente que a formação do professor deve se concentrar na construção de um trabalho pedagógico que considere a diversidade dos alunos em uma sala de aula, cada um com um processo de aprendizagem único e diferentes dificuldades e potencialidades. Em outras palavras, a formação precisa valorizar as diferenças como um aspecto positivo do processo educacional.

No entanto, um grande número de pesquisas tem evidenciado a urgente necessidade de melhorar a formação dos professores, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. "Não é surpreendente. Uma pesquisa recente em nível nacional mostrou que os professores, de modo geral, não estão preparados para receber alunos especiais em suas salas de aula" (PLETSCH, 2009, p. 147).

Um estudo realizado por Castro (2002) na cidade de Santa Maria (RS) revelou que a maioria dos professores entrevistados se sentia despreparada para receber alunos com necessidades especiais. Os professores também destacaram que acreditam na possibilidade de uma educação inclusiva, mas reconhecem a necessidade de maior preparação nessa área de ensino.

Essa mesma questão foi observada na pesquisa conduzida por Rosa e Papi (2009), autoras que investigaram os desafios enfrentados pelos professores do Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência. Nas declarações dos educadores, é evidente que eles reconhecem as dificuldades que enfrentam.

Penso que a escola e professores não estão preparados para inclusão, principalmente as deficiências mentais. (P1) [...] também sinto dificuldade por não estar preparada para atender estes alunos. (P3) Não me sinto capacitada para trabalhar com esse aluno. (P5) A princípio, me senti totalmente abandonada para esta atuação. (P6) (ROSA, PAPI, p.6 (2009)

Com base no que foi apresentado, é correto afirmar que a falta de preparo dos professores decorre principalmente da formação que receberam. Além disso, é eviden-

te que existe uma falta de confiança em relação à capacidade do aluno de se desenvolver e agir de forma autônoma.

no processo de formação dos professores, atenção especial deve ser dada à preparação de todos os docentes, para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo, e da instrução para dar uma atenção às necessidades especiais dos alunos, bem como para colaborar com os especialistas e com os pais (BRASIL, 2006)

No estudo conduzido por Margaret do Rosário Silva, cujo objetivo era investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, outra dificuldade em oferecer uma educação inclusiva para alunos com necessidades especiais foi identificada. Silva (2011) constatou que a grande maioria das escolas não possui um ambiente adequado para receber crianças com necessidades especiais. Os profissionais entrevistados reclamaram da superlotação das salas, o que afeta significativamente o trabalho pedagógico realizado pelos professores.

De acordo com os relatos da pesquisa de Silva (2011), os professores são frequentemente responsabilizados sozinhos pelas falhas no processo de aprendizagem inclusiva. No entanto, um professor por si só não é capaz de fornecer todos os recursos necessários para que seus alunos tenham os subsídios adequados para aprender. A educação é uma rede que depende da colaboração de vários setores, além disso, é essencial que os recursos provenientes das políticas públicas sejam suficientes para contratar a quantidade necessária de profissionais, a fim de garantir a presença de um número razoável de alunos em sala de aula.

A educação inclusiva requer, entre outras coisas, um espaço físico adequado às necessidades especiais dos alunos. No entanto, ao falar sobre a adaptação de espaços físicos, tendemos a considerar apenas as rampas de acesso, mas a acessibilidade vai muito além disso.

As instituições de ensino devem estar estruturalmente preparadas para receber uma diversidade de alunos, o que inclui banheiros acessíveis, salas amplas e interativas, salas de recursos multifuncionais, equipe de apoio à aprendizagem, entre outros. De acordo com o último censo escolar da educação básica, apenas 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas possuem instalações e vias adequadas para alunos com deficiência. E banheiros adequados estão presentes em apenas 32,1% das escolas de Educação Infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a educação inclusiva é reconhecida como uma abordagem contemporânea na qual todos têm direito à educação regular, incluindo pessoas com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Pesquisas recentes demonstram que a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares oferece diversos benefícios, tanto para o desenvolvimento cognitivo, social, físico e emocional dessas crianças, como também para a formação de indivíduos conscientes, livres de preconceitos e com uma consciência de cuidado consigo mesmos e com os outros.

Ao longo das pesquisas que embasam este trabalho, foi possível identificar alguns pontos importantes sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil. Em primeiro lugar, há uma série de normas e diretrizes que garantem o acesso dos alunos com necessidades especiais às salas de aula regulares. No entanto, ainda não foi alcançada uma implementação plena da educação inclusiva, apesar desse arcabouço legal.

No sistema educacional brasileiro, a Educação Inclusiva, especialmente na Educação Infantil, enfrenta diversas dificuldades, incluindo a falta de capacitação dos professores nessa área, a superlotação das salas de aula e a falta de estrutura física adequada nas escolas.

Portanto, é necessário criar políticas públicas que efetivem as normas existentes, fornecendo todo o suporte necessário para que pessoas com necessidades especiais tenham acesso à educação. Além disso, é fundamental garantir uma educação de qualidade que permita o desenvolvimento de suas habilidades, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal, que preconiza uma educação para todos, sem distinção de qualquer natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gozales. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. >Acesso em: 01 out.2023.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>.

Acesso em: 1 out.2023.

_____. Ministério da educação. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior. 2000.

_____. Ministério da educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação – MEC. 2004.

CARNEIRO, Relma Uriel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. Práxis Educacional, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688>. Acesso em: 1 out.2023.

CASTRO, Sabrina Fernandes. A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino. Monografia (Conclusão de curso de especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogia, v.22, n.57, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/361522-Brevehistorico-da-educacao-especial-no-brasil.html>. Acesso em: 1 out.2023.

MENDES, Rodrigo. O que é educação inclusiva? Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/> Acesso em: 01 out.2023.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Educação especial e educação inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo. II congresso internacional Trabalhos docentes e processos educativos. Universidade de Uberlândia. 2015. Disponível em: https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf Acesso em: 1. out.2023.

PAGANELLI, Raquel. Educação inclusiva. 2018. Disponível em: https://diversa.org.br/ educacao-inclusiva/ Acesso em: 1 out.2023.

SILVA, Margaret do Rosário Silva. Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. 2011. VII, 54 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) —Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. 49p.

VYGOTSKY, L.S. A formação Social da mente. São Paulo: Martins Cortez. 1984.